



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CONCURSO C-316 – JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

Prova escrita, objetiva de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Previdenciário, Direito Comercial, Direito Administrativo, Direito Penal e Direito Internacional e Comunitário.

2ª Etapa INSTRUÇÕES

1. Esta prova constará de 100 (cem) questões e será realizada em duas etapas de 50 (cinquenta) questões cada.
2. Confira se este caderno contém 50 (cinquenta) questões.
3. Todas as questões têm o mesmo valor (0,1).
4. Preencha a folha de respostas, somente, com caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.
5. Assinale na folha de respostas somente a alternativa que entender correta.
6. Não rasgue, nem rasure, a folha de respostas.
7. A duração de cada etapa é de 4 (quatro) horas.
8. Durante a realização da prova é proibido o uso de quaisquer anotações ou consulta a textos legais, bem como de aparelhos eletrônicos e telefones celulares.
9. O candidato que tornar identificável a folha de respostas será automaticamente desclassificado.
10. O candidato não poderá, durante a realização da prova, retirar-se do recinto sem a devida autorização.

27.11.2006

A COMISSÃO DESEJA-LHE BOA PROVA!



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CONCURSO C-316 – JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

Prova escrita, objetiva de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Previdenciário, Direito Comercial, Direito Administrativo, Direito Penal e Direito Internacional e Comunitário.

Dia 27.11.2006 – 2ª Etapa
QUESTÕES

DIREITO DO TRABALHO

51. Acerca do trabalho intelectual é correto afirmar que:

a) A titularidade da patente passa à exclusiva propriedade do empregado, caso o empregador, na falta de acordo, dentro do prazo de um ano, contado da data de sua concessão, não inicie a exploração do objeto patentado, ressalvadas as hipóteses de falta de exploração por razões legítimas.

b) Consideram-se desenvolvidos na vigência do contrato de trabalho, salvo prova em contrário, a invenção ou o modelo de utilidade, cuja patente seja requerida até a rescisão contratual.

c) A propriedade de invenção ou de modelo de utilidade será exclusivo do empregador quando resultar da contribuição pessoal do empregado e de recursos, dados, meios, materiais, instalações ou equipamentos daquele, ressalvada expressa disposição contratual em contrário.

d) O empregador, titular da patente, fica obrigado a conceder ao empregado, autor do invento ou aperfeiçoamento, participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração da patente, mediante negociação com o interessado ou conforme disposto em norma da empresa.

e) A invenção e o modelo de utilidade pertencem exclusivamente ao empregador quando decorrerem de contrato de trabalho cuja execução ocorra tenha por objeto a pesquisa ou a atividade inventiva, ou resulte esta da natureza dos serviços para os quais foi o empregado contratado, ainda que ocorra fora do Brasil.

52. Sobre a duração do trabalho é correto afirmar que:

a) A duração normal do trabalho efetivo para os empregados em minas no subsolo não excederá de seis horas diárias ou de trinta e seis horas semanais e, em cada período de duas horas consecutivas de trabalho, será obrigatória uma pausa de quinze minutos para repouso, a qual será computada na duração normal de trabalho efetivo.

b) Banco de horas é o mecanismo que possibilita, mediante acordo ou convenção coletiva, a criação de um acúmulo de horas trabalhadas extraordinariamente sem o pagamento, pela empresa, do acréscimo de no mínimo cinquenta por cento sobre a hora



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

normal, desde que compensadas no prazo de um ano. Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido essa compensação, de forma integral, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração do mês em que o labor foi prestado.

c) O horário de trabalho do empregado professor tem sua duração estabelecida em conformidade com o número de aulas ministradas que, num mesmo estabelecimento de ensino, não poderá ultrapassar, por dia, mais de quatro aulas consecutivas, nem mais de sete intercaladas, pagando-se, como extras, as aulas que excederem a esses limites. Quanto ao tempo despendido na correção de provas e trabalhos; na preparação de aulas; e em debates nos intervalos de aula, sanando dúvidas de alunos, não é considerado como extraordinário, uma vez que essas atividades são inerentes à função de docente e já estão remuneradas pelo salário ajustado.

d) Os empregados em bancos, casas bancárias, Caixa Econômica Federal, assim como os porteiros, telefonistas de mesa, contínuos e serventes de portaria, quando empregados de bancos e casas bancárias, gozam do regime especial de seis horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de trinta horas de trabalho por semana. Porém, consoante jurisprudência pacífica do Tribunal Superior do Trabalho, não são alcançados por esse regime especial de horário os vigilantes contratados diretamente pelos bancos ou por intermédio de empresas especializadas.

e) Trabalho em tempo parcial compreende aquele cuja duração não exceda de 25 horas semanais, com pagamento de salário proporcional àquele pago aos empregados que cumpram, na mesma função, tempo integral, permitidos aos empregados submetidos a esse regime o trabalho suplementar e a conversão pecuniária de 1/3 do período de férias.

53. Quanto aos aspectos gerais, forma, meios de pagamento e proteção do salário, é correto afirmar que:

a) O salário pode ser calculado segundo três critérios: salário por unidade de tempo, salário por unidade de obra e salário-tarefa. Enquanto o salário por unidade de obra é pago ao empregado com a exigência de que ele produza, em determinado lapso de tempo e observado um resultado mínimo estabelecido; o salário-tarefa corresponde a uma importância que varia de acordo com a quantidade de serviço produzido pelo empregado, sem levar em conta o tempo gasto na execução.

b) As regras de proteção ao salário do empregado regem-se pelos princípios da irredutibilidade, inalterabilidade prejudicial, impenhorabilidade e intangibilidade, constituindo-se exceção a este último princípio o desconto no salário, quando previsto nos respectivos contratos e solicitado por escrito pelo empregado, para pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil, concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil. O desconto é suspenso caso o empregado se afaste do serviço por auxílio-doença pago pela Previdência Social.

c) O pagamento de salário deverá ser feito na pessoa do empregado; contudo, tratando-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

se de empregado menor, pode-se também realizar, independente da anuência deste, diretamente a seus pais ou representantes legais.

d) A legislação brasileira não permite a estipulação de salário em moeda estrangeira, salvo em se tratando de contratos, celebrados por prazo determinado, com técnicos estrangeiros domiciliados no exterior, para execução de serviços especializados, no Brasil, em caráter provisório, permitida a prorrogação, mas sempre a termo certo.

e) O pagamento de salário através de fornecimento de mercadoria do armazém do empregador somente é lícito se o empregado livremente concordar e desde que não ultrapasse o limite de trinta por cento do salário-mínimo.

54. Sobre a denominação e composição do salário é correto afirmar que:

a) De acordo com a lei e jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, compõem o salário, além da importância fixa em dinheiro, as utilidades, comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias superiores a cinquenta por cento do salário, abonos, prêmios pagos pelo empregador, além de vale-refeição fornecido por força do contrato de trabalho.

b) A gratificação ajustada entre o empregado e empregador, por escrito ou verbalmente, integra o salário para todos os fins legais; porém, se o seu pagamento decorre de ato de mera liberalidade do empregador, não ostenta a natureza salarial, porque a repetição uniforme e constante de uma prestação jamais pode gerar, por usucapião, o direito de exigí-la. Já a gratificação de quebra de caixa, embora convencionada entre o empregado bancário e o empregador e paga com habitualidade, não possui natureza salarial, uma vez que visa cobrir os descontos feitos no salário, na ocorrência de diferença de caixa resultante de erros involuntários no manuseio de dinheiro pelo empregado.

c) O direito à comissão, em se tratando de vendedores comissionados, surge com a aceitação expressa do negócio ou de forma tácita, com a expiração do prazo previsto para o empregador recusar a proposta; porém, torna-se indevido o pagamento caso o empregador deixe de entregar a mercadoria ou o cliente se torne insolvente ou inadimplente.

d) São destinatários da gratificação natalina os empregados urbanos e rurais, os trabalhadores avulsos, domésticos e temporários, devendo o pagamento ser feito em duas parcelas: a primeira, a título de adiantamento, entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, deduzido o seu valor por ocasião do segundo pagamento, descontadas do cálculo de sua apuração, consoante jurisprudência pacífica do Tribunal Superior do Trabalho, as ausências decorrentes de acidente de trabalho.

e) Compreende-se por salário *a forfait* a fixação prévia de um valor para cada uma das parcelas salariais, e por salário *complessivo* a cumulação em um mesmo montante de distintas parcelas salariais, sem especificação no recibo, do que está sendo pago. A jurisprudência pacífica do Tribunal Superior do Trabalho admite a utilização da primeira



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

modalidade de salário, desde que resulte de acordo escrito entre empregador e empregado, porém, obsta, em qualquer circunstância, o pagamento sem a correspondente discriminação dos direitos quitados.

55. Sobre alteração do contrato de trabalho é correto afirmar que:

a) A alteração do contrato de trabalho, através do rebaixamento por ato único do empregador, somente é possível em se tratando de contrato de experiência.

b) É vedado ao empregador, em regra, transferir o empregado para local diverso do da contratação, sendo-lhe facultado, no entanto, removê-lo para local mais distante de sua residência, desde que forneça vale-transporte suplementar ou condução gratuita e, ainda, a refeição, caso a distância prejudique o deslocamento do empregado até a sua residência, no intervalo intrajornada.

c) Sem prejuízo do salário, o empregador é obrigado a transferir o empregado das minas, do trabalho executado no subsolo para o da superfície, sempre que o serviço de segurança e medicina do trabalho considerar necessária essa medida, por motivo de saúde.

d) A empresa que, em face de conjuntura econômica, devidamente comprovada, encontrar-se em condições que recomendem transitoriamente a redução da jornada normal ou do número de dias do trabalho, poderá fazê-lo mediante prévio acordo com a entidade sindical representativa dos seus empregados, homologado pela Delegacia Regional do Trabalho, por prazo certo não excedente de três meses, prorrogável, nas mesmas condições, se ainda indispensável, e sempre de modo que a redução do salário mensal resultante não seja superior a vinte e cinco por cento do salário contratual, respeitado o salário-mínimo e reduzidas proporcionalmente a remuneração e as gratificações de gerentes e diretores.

e) Ocorrendo extinção do cargo, é lícito ao empregador mudar o empregado para outro cargo, ainda que inexista afinidade entre eles. Na hipótese de reformulação de Planos de Cargos e Salários, deve o empregador ofertar ao empregado a oportunidade de permanecer no antigo regime, mantido residualmente, ou transferir-se para o novo, sem o direito de invocar regra ou mecanismo do plano pelo qual não optou.

56. Sobre suspensão e interrupção do contrato de trabalho é correto afirmar que:

a) O empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho interrompido, não se computando, em nenhuma hipótese, o tempo de serviço deste período.

b) O empregado convocado para o serviço militar, que engajar, não perderá o direito de retorno ao emprego, desde que notifique o empregador de sua intenção de voltar a exercer o cargo, dentro do prazo de vinte dias, contados da data da respectiva baixa.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

c) A interrupção do contrato de trabalho para participação do empregado em curso oferecido pelo empregador somente poderá ocorrer por um período de dois a seis meses, e não poderá ser interrompido mais de uma vez no período de dezesseis meses.

d) Cancelada a aposentadoria por invalidez após cinco anos, o empregado não terá direito de retornar ao emprego.

e) Se o empregado adoecer durante o período de suspensão decorrente de punição disciplinar, o empregador nada terá de pagar-lhe a título de salários; contudo, se a doença se manifestar antes de ter se consumado o ato de suspensão, o empregado terá direito à remuneração e o cumprimento da penalidade terá de efetivar-se após o restabelecimento do empregado.

57. Acerca dos repousos compreendidos na jornada de trabalho e férias é correto afirmar que:

a) É pacífico na jurisprudência que a criação infralegal de novos intervalos intrajornadas não podem prejudicar o trabalhador, representando tempo à disposição da empresa com direito a pagamento tão-somente do adicional de cinquenta por cento sobre a hora normal, se acrescidos ao final da jornada, pois considera-se já embutido no salário-dia o tempo de intervalo.

b) O repouso em feriado concedido aos empregados rurais, urbanos e avulsos foi expressamente estendido à categoria de empregado doméstico, por meio de lei federal.

c) A remuneração do repouso, cujos cálculos têm como parâmetro, respectivamente o salário-mínimo e o salário contratual mensal, corresponderá para os que trabalham por dia, semana, quinzena ou mês, à de um dia de serviço, computadas, de acordo com a jurisprudência pacífica do Tribunal Superior do Trabalho, as horas extraordinárias prestadas, os adicionais de insalubridade e periculosidade, bem como as gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes.

d) As férias poderão ser concedidas em dois períodos distintos, um dos quais não poderá ser inferior a dez dias corridos, excepcionados os empregados aprendizes e os maiores de cinquenta anos de idade, ocorrendo o pagamento na data de sua concessão, com acréscimo de um terço.

e) Férias coletivas são aquelas concedidas unilateralmente ou em virtude de negociação coletiva, podendo abranger todos os empregados da empresa ou somente de alguns de seus setores ou estabelecimento, permitindo-se sua concessão de forma fracionada, mediante obrigatória comunicação, pelo empregador, das datas de início e fim das férias ao órgão local do Ministério do Trabalho, com antecedência mínima de quinze dias, discriminando quais os estabelecimentos ou setores abrangidos pela medida.

58. Sobre a equiparação salarial é correto afirmar que:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- a) Para os fins previstos na Consolidação das Leis do Trabalho só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se dessa exigência, apenas o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional aprovado por ato administrativo da autoridade competente, após prévia revisão pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.
- b) O empregado readaptado em nova função, por motivo de deficiência física devidamente atestada pelo órgão previdenciário, somente servirá de paradigma para isonomia salarial, caso o postulante também tenha sido vítima de igual infortúnio.
- c) O trabalhador rural não pode pleitear equiparação salarial, porque não prevista no Estatuto do Trabalhador Rural.
- d) Desde que atendidos os requisitos legais é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, que pode ser avaliado por sua perfeição técnica, cuja aferição obedecerá a critérios objetivos e subjetivos.
- e) Quadro de pessoal organizado em carreira, aprovado pelo órgão competente, excluída a hipótese de equiparação salarial, não obsta reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação.

59. Sobre o trabalho da criança, do menor e da mulher, é correto afirmar que:

- a) A empregada mulher que obtiver guarda judicial, para fins de adoção, de criança a partir de oito anos e até dez anos, tem direito a licença-maternidade pelo período de 15 dias.
- b) Os dispositivos legais celetistas que instituem proteção especial ao trabalho da mulher não se aplicam ao trabalho nas oficinas em que sirvam exclusivamente pessoas de sua família e caso esteja sob a direção do esposo.
- c) É permitido ao menor o trabalho em empresa circense desde que na função de ginasta ou acrobata e sob direção do pai ou da mãe.
- d) É vedado ao empregador contratar a mulher para serviço que demande força física superior a vinte quilos para trabalho contínuo, mesmo que com utilização de carro de mão.
- e) A mulher tem o direito de rescindir o compromisso resultante de contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação e independentemente da apresentação de atestado médico, garantido-lhe direito à indenização.

60. Sobre a força maior e cessação do contrato de trabalho é correto afirmar que:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- a) Os conceitos da força maior nas leis civil e trabalhista consolidada adotam o princípio da ininputabilidade, ambos gerando, como efeito, a desobrigação do devedor da prestação contratual.
- b) Para desobrigar o empregador da prestação, a ocorrência do motivo de força maior deve afetar substancialmente a situação econômico e financeira da empresa.
- c) Ocorrendo motivo de força maior que determine a extinção de um dos estabelecimentos da empresa em que trabalhe o empregado estável, é assegurada a este, quando despedido, a indenização integral prevista em lei.
- d) Mesmo em caso de força maior, a redução geral de salários dos empregados em percentual superior a trinta por cento, depende de prévia e expressa autorização constante de acordo ou convenção coletiva.
- e) A falsa alegação de motivo de força maior dá direito aos empregados ao dobro do valor da indenização ou das parcelas rescisórias a que tiveram direito a quando da dispensa.

61. Sobre o poder normativo da Justiça do Trabalho é correto afirmar que:

- a) O único traço distintivo entre o dissídio coletivo e o dissídio individual plúrimo é a competência para julgá-los, pois enquanto a competência para julgar os dissídios individuais plúrimos é originalmente das Varas do Trabalho, nos dissídios coletivos a competência é dos Tribunais.
- b) A iniciativa para instaurar a instância de dissídio coletivo é exclusiva das entidades sindicais, por meio de seus órgãos, salvo mandatário com poderes outorgados por procuração da Diretoria, ou associado investido em representação prevista em lei.
- c) A sentença normativa que se constitui em fonte de direito de origem estatal, hierarquicamente inferior à lei, produz efeitos *erga omnes* retroativos até sessenta dias da data-base, estendendo-se aos integrantes das categorias dissidentes, independentemente de serem ou não associados do sindicato.
- d) A cláusula *rebus sic stantibus* é aplicável, nos casos de excessiva desproporção das prestações, somente após o primeiro ano de vigência da sentença normativa, podendo a revisão ser promovida pelas entidades sindicais ou por empregador ou empregados interessados no cumprimento da decisão. O pedido de revisão também pode ser feito por iniciativa do Tribunal prolator ou pela Procuradoria do Trabalho, mas deverão ser ouvidos o empregador ou os empregados interessados e as entidades sindicais, no prazo de trinta dias.
- e) De acordo com a jurisprudência sumulada do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, é indispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

62. Sobre atividades sindicais e condutas anti-sindicais é correto afirmar que:

- a) O empregador é tido como o infrator potencial da liberdade sindical, propenso à materialização de condutas anti-sindicais; mas essas práticas também podem advir de outras organizações de trabalhadores, de sindicatos de trabalhadores e até mesmo de empregado.
- b) A contribuição sindical compulsória e a unicidade sindical, embora sejam institutos que ferem a liberdade sindical, não se constituem em atos anti-sindicais, porque praticados pelo Estado.
- c) Havendo igualdade de condições, não existe preferência assegurada às entidades sindicais, nas concorrências para exploração de serviços públicos, bem como nas concorrências para fornecimento às repartições federais, estaduais e municipais e às entidades paraestatais.
- d) Diante de notificação do sindicato, os empregadores ficam obrigados a descontar na folha de pagamento de seus empregados, desde que por eles previamente autorizados, as contribuições devidas ao órgão, incluindo o imposto sindical.
- e) A central sindical, entidade de representação geral dos trabalhadores, constituída em âmbito nacional, tem prerrogativas de exercer a representação dos trabalhadores, por meio das organizações sindicais a ela filiadas e participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral e particulares dos trabalhadores.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

63. Transitada em julgado uma decisão ilíquida e elaborado o cálculo de liquidação pelo setor competente da Vara, o juiz, sem homologá-lo, determinou a citação do executado. Neste caso, considerando-se os princípios e regras aplicáveis ao Direito Processual do Trabalho, especialmente a celeridade, simplicidade e instrumentalidade do processo, é correto afirmar que:

- a) Independente do executado falar sobre a ausência de homologação dos cálculos, e responder à citação, no prazo de quarenta e oito horas, com o depósito do valor da execução, o processo deve ser chamado à ordem, para fins de homologação dos cálculos, pois trata-se de medida necessária para evitar-se futura arguição de nulidade processual.
- b) Se, uma vez citado e mesmo sem garantir o débito, o executado arguir a nulidade processual nos embargos à execução em que também impugna o cálculo, o juiz, após ouvida a parte contrária, estabelecendo, assim, o contraditório, deverá julgar os embargos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

no prazo de cinco dias, acolhendo-os, para declarar a nulidade processual, haja vista ser a homologação do cálculo fundamental a que se consume a execução, e reabrindo novo prazo às partes para que possam apresentar impugnação.

c) Se o devedor, depois de citado e de nomear bem à penhora, opuser embargos à execução argüindo apenas a nulidade processual por falta de homologação dos cálculos, caberá ao juiz declará-la, liminarmente, visando oportunizar ao executado, de modo mais célere, seu direito de impugnação à conta elaborada pelo contador do juízo.

d) Se observados os requisitos legais, o executado apresentar embargos à execução, argüindo, em preliminar, a nulidade processual por falta de homologação do cálculo, e impugnando este a seguir, caberá ao juiz, após estabelecer o contraditório, rejeitar a preliminar, por falta de prejuízo à parte, e apreciar, na mesma sentença, a impugnação ao cálculo.

e) Se o devedor, uma vez citado, e estando garantida a execução por meio de penhora, argüir a nulidade processual nos embargos à execução em que também impugna o cálculo, caberá ao juiz, após manifestação da parte contrária, proferir o julgamento, rejeitando a preliminar, uma vez que a nulidade processual não se constitui em matéria de embargos e pode ser argüida por simples petição; apreciando, a seguir, a impugnação, já que esta só pode ser apresentada nos embargos.

64. Sobre mandado de segurança é correto afirmar que:

a) A competência da Justiça do Trabalho para julgar mandado de segurança impetrado contra ato praticado por Juiz do Trabalho já estava bem sedimentada na jurisprudência, porém, com a Reforma do Judiciário através da Emenda Constitucional nº 45/2004, houve sua ampliação, para também compreender atos praticados pelo Ministério Público do Trabalho, governador e prefeito, além de outras autoridades, desde que o ato questionado envolva matéria sujeita à sua jurisdição.

b) A Emenda Constitucional 45, ao modificar o art. 114 da Constituição Federal, atribuindo competência à Justiça do Trabalho para julgar mandado de segurança, apenas veio afastar dúvidas interpretativas existentes quanto à competência do Tribunal Regional do Trabalho para julgar a ação mandamental, em sendo, a autoridade apontada como coatora, juiz do trabalho.

c) Considerando a previsão constitucional (art. 114, IV da CF/88), no sentido de que a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar mandado de segurança, apenas “quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição”, pode-se concluir que o juiz de primeiro grau só será competente, se a autoridade apontada como coatora for prefeito ou qualquer outra autoridade de âmbito municipal; pois, se estadual ou federal, a competência será do Tribunal Regional ou do Tribunal Superior do Trabalho, respectivamente.

d) É do Juiz Federal do Trabalho a competência para julgar mandado de segurança,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

sempre que o ato atacado seja decorrente de relação de trabalho e que a autoridade coatora não seja outro Juiz do Trabalho, no exercício de sua função pública, hipótese em que a competência será do Tribunal Regional do Trabalho.

e) A Constituição Federal prevê a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar, na forma da lei, os mandados de segurança, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição. Sendo assim, enquanto não sobrevier lei que trate especificamente sobre a matéria, no âmbito da Justiça do Trabalho, dever-se-ão aplicar as regras processuais específicas dispostas na CLT com aplicação apenas subsidiária do CPC e da Lei do Mandado de Segurança.

65. Considerando-se as várias formas de satisfação do crédito trabalhista é correto afirmar que:

a) A arrematação é ato processual pelo qual um terceiro ou o próprio credor, em livre concorrência, adquire os bens praxeados ou leiloados, estando prevista essa modalidade de expropriação de bem do devedor, na norma consolidada.

b) Independente da existência de outros licitantes e do valor do lance, na arrematação, o direito de prelação do credor trabalhista deve sempre ser observado, desde que deposite a diferença entre o valor da avaliação e o de seu crédito, quando este for inferior àquele.

c) Para o direito processual, a arrematação é feita sempre por terceiro, enquanto a adjudicação é feita pelo credor, não havendo, portanto, diferença entre adjudicação e a arrematação pelo credor, principalmente quando este dispositivo determina ao credor o depósito da diferença entre o valor de seu crédito e o da avaliação do bem penhorado.

d) A adjudicação é modalidade de expropriação de bem do devedor não prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, estando suas regras dispostas no Código de Processo Civil, que tem aplicação subsidiária no Processo do Trabalho.

e) A adjudicação é uma das formas pela qual o credor tem seu crédito satisfeito, sendo suas regras processuais, para os fins do Processo do Trabalho, as dispostas na Lei de Execução Fiscal, que se aplica antes do Código de Processo Civil, na falta de regulamentação pela Consolidação das Leis do Trabalho.

66. Considerando-se que a Exceção de Pré-Executividade é cabível no Processo do Trabalho, é correto afirmar que:

a) O cabimento da Exceção de Pré-Executividade no processo do trabalho tem como um de seus fundamentos a aplicação subsidiária do CPC, desde que não efetivada a penhora.

b) Pode se alegado na Exceção de Pré-Executividade questão que fora objeto de pronunciamento na fase de conhecimento, desde que se refira a pagamento da dívida,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

comprovada mediante documento que não pôde, à época, ser junto aos atos, e à prescrição, que pode ser argüida em qualquer fase do processo.

c) Na Exceção de Pré-executividade pode ser alegado pagamento, desde que ocorrido após a prolação da sentença de mérito, não havendo necessidade de o executado aguardar a garantia da execução para oferecer a Exceção.

d) Dentre as hipóteses de cabimento da Exceção de Pré-executividade, destacam-se: o pagamento, a prescrição, a transação e a compensação, ocorridas após a decisão no processo de conhecimento.

e) A Exceção de Pré-executividade decorre do princípio da menor onerosidade ao devedor (execução menos gravosa). Em razão disso, possível é alegar-se na Exceção todas as questões que podem ser objeto de Embargos à Execução, desde que apresentada no mesmo prazo fixado para este.

67. Quanto à execução das contribuições previdenciárias é correto afirmar que:

a) O disposto na Constituição Federal, que prevê a execução, de ofício, das contribuições sociais, põe fim a qualquer discussão que havia referente às contribuições devidas, mês a mês, em face de reconhecimento de vínculo empregatício.

b) A execução de ofício das contribuições previdenciárias foi uma novidade introduzida no ordenamento jurídico processual, pela Emenda Constitucional nº 45/2004 que tratou da reforma do Poder Judiciário.

c) “As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação dos cálculos de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente”. Eis a redação do § 1º-B, do art. 879 da CLT, que deverá ser observado em qualquer situação, salvo na hipótese de sentença líquida.

d) Os recolhimentos das importâncias devidas, referentes às contribuições sociais, serão efetuados nas agências locais da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil S.A., cabendo ao devedor, caso se trate de microempresário ou empresa de pequeno porte, e optante pelo SIMPLES, pagar a contribuição previdenciária, observando as regras dispostas na norma específica.

e) Sendo concedido parcelamento do débito previdenciário perante o INSS, mediante prova nos autos dessa ocorrência, o processo deverá ser arquivado, cabendo ao órgão previdenciário o controle do integral cumprimento do parcelamento.

68. Acerca de conflitos coletivos, normas coletivas e sentença normativa, é correto afirmar que:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- a) O acordo comum entre as partes, caso haja recusa de qualquer delas à negociação coletiva ou à arbitragem, conforme norma estabelecida na Constituição Federal vigente, é pressuposto necessário para ajuizamento de dissídios coletivos de natureza econômica e jurídica.
- b) É vedado, em sede de acordo ou convenção coletiva, cláusula de aumento ou reajuste salarial que implique elevação de tarifas ou de preços sujeitos à fixação por autoridade pública ou repartição governamental.
- c) O dissídio coletivo não está sujeito à prescrição, porém, havendo convenção, acordo ou sentença normativa em vigor, deverá ser instaurado dentro dos trinta dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo instrumento possa ter vigência no dia imediato a esse termo.
- d) No período de vigência das convenções coletivas, acordos coletivos e sentença normativa não pode ser ajuizado novo dissídio, salvo na hipótese de greve cuja paralisação tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição, ou seja motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.
- e) O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho não pode conceder efeito suspensivo a recurso ordinário interposto contra sentença normativa.

69. Sobre a sentença normativa é correto afirmar que:

- a) O recurso ordinário interposto de decisão normativa não tem efeito suspensivo, passando esta a vigorar, quando ajuizado o dissídio coletivo após o prazo de sessenta dias do termo final de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa, a partir da data imediata de sua publicação, ou do vigésimo dia após o julgamento, caso o acórdão não tenha sido publicado nesse prazo.
- b) Tem natureza declaratória e constitutiva quando decorrente de dissídio coletivo de natureza jurídica, devendo ser fundamentada, sob pena de nulidade.
- c) É meio eficaz para reduzir salário e reajustá-lo e entra em vigor, quando inexistentes acordo, convenção ou sentença normativa, da data de sua publicação.
- d) Quando resulta de acordo homologado pelo Tribunal do Trabalho tem efeito de coisa julgada, não comportando a interposição de recurso pelas partes ou Ministério Público do Trabalho.
- e) Projeta os seus efeitos a todos os que se acham no âmbito das organizações sindicais dissidentes, alcançando inclusive os empregados não associados, podendo a decisão que tratar de novas condições de trabalho e no qual figure no dissídio coletivo, como parte, apenas uma fração de empregados de uma empresa, ser estendida aos demais, desde



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

que solicitado conjuntamente por três quartos dos empregados e três quartos dos empregadores das categorias profissionais e econômicas envolvidas.

70. Sobre a ação rescisória é correto afirmar que:

- a) Em caso de urgência e para evitar eventuais prejuízos materiais à parte, o ordenamento jurídico admite, mesmo antes do trânsito em julgado da decisão rescindenda, a propositura de ação rescisória preventiva.
- b) Conforme jurisprudência pacífica do Tribunal Superior do Trabalho é incabível a propositura de ação rescisória contra sentença normativa.
- c) A sentença de mérito transitada em julgado pode ser rescindida quando se verificar que foi proferida por juiz suspeito, impedido ou absolutamente incompetente.
- d) Autoriza a execução da sentença transitado em julgado até a penhora, de forma a impedir a realização de atos de alienação patrimonial.
- e) É admitida no Processo do Trabalho, por força de comando previsto na própria Consolidação das Leis do Trabalho, desde que observados todos os dispositivos do Código de Processo Civil que disciplinam a matéria.

71. A respeito da tutela antecipatória de mérito e tutelas cautelares no Direito Processual do Trabalho, é correto afirmar que:

- a) A antecipação de tutela de obrigação de pagar pressupõe um juízo de maior certeza acerca dos fatos e do direito, enquanto a tutela de obrigação de fazer exige apenas a relevância do fundamento da demanda (*fumus boni iuris*) e o receio de ineficácia do provimento final (*periculum in mora*).
- b) A antecipação de tutela impescinde de requerimento da parte; contudo, uma vez requerida e concedida pelo juiz, este, de ofício, para impedir que sua decisão seja frustrada, poderá ampliá-la no limite necessário para evitar a periclitación do direito, não ficando restrito, neste caso, aos limites do pedido.
- c) São características comuns à antecipação de tutela e ações cautelares no Processo do Trabalho: urgência no provimento requerido, comando jurisdicional satisfativo, provisoriedade da decisão e sua revogabilidade a qualquer tempo, bem como autonomia processual.
- d) As decisões que concedem a antecipação de tutela e medida liminar, no Processo do Trabalho, não são passíveis de recurso porque têm natureza de simples despacho, salvo se ferir direito líquido e certo, caso em que caberá mandado de segurança.
- e) Pode o juiz, em qualquer caso, se entender conveniente, determinar medidas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

cautelares sem a audiência das partes.

72. A respeito da ação de cumprimento é correto afirmar que:

- a) É o meio processual adequado para exigir do empregador a satisfação dos direitos unicamente salariais reconhecidos em convenção coletiva de trabalho, acordos coletivos de trabalho e sentença normativa.
- b) É cabível de sentença normativa de natureza econômica e jurídica.
- c) Somente pode ser ajuizada após o trânsito em julgado da sentença normativa, face à possibilidade de sua modificação superveniente em grau de recurso ordinário.
- d) A legitimidade para propô-la é concorrente, na medida em que pode ser ajuizada tanto pelo empregado quanto pelo sindicato, este na condição de substituto processual, devidamente autorizado em assembléia pelos empregados associados.
- e) Pode ser manejada pelo sindicato, em nome próprio, para postular recolhimento de desconto assistencial previsto em convenção ou acordo coletivo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

73. Sobre preclusão e os limites e efeitos da coisa julgada é correto afirmar que:

- a) Faz coisa julgada a resolução de questão prejudicial, se: a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para julgamento da lide.
- b) Estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeitos senão depois de confirmada pelo Tribunal, todas as sentenças proferidas contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público ou que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública.
- c) Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, exceto quando se tratar de relação jurídica continuativa e houver modificação no estado de fato ou de direito.
- d) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando nem prejudicando terceiros não citados no processo, salvo nas causas relativas ao estado das pessoas.
- e) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração no momento de proferir a sentença, desde que requerido pela parte.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

74. Sobre sentença (conceito, classificação, requisitos e efeitos) e julgamento *extra, ultra e citra petita*, é correto afirmar que:

- a) O juiz proferirá a sentença, julgando procedente ou improcedente, no todo ou em parte, o pedido formulado pelo autor. Nos casos de extinção sem resolução de mérito, o juiz decidirá de forma concisa. Quando o autor tiver formulado pedido certo, é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida.
- b) É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado, devendo ser certa, exceto quando decidir relação jurídica condicional.
- c) Para efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, deverá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, com requisição de força policial.
- d) Ao publicar a sentença de mérito, o juiz cumpre e acaba o ofício jurisdicional, só podendo alterá-la para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexactidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo.
- e) A sentença que condenar o réu ao cumprimento de obrigações de pagar, fazer ou não fazer, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz na forma prescrita na Lei de Registros Públicos.

75. Sobre embargos de declaração, recurso extraordinário e recurso especial, é correto afirmar que:

- a) Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes. Caso declarados manifestamente protelatórios pelo Juiz ou Tribunal, será o embargante condenado a pagar ao embargado multa não excedente de um por cento sobre o valor da causa, ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo.
- b) O recurso extraordinário e o recurso especial serão interpostos perante o Presidente ou o Vice-presidente do Tribunal recorrido, em petições distintas, que conterão a exposição do fato e do direito, a demonstração do cabimento do recurso interposto e as razões do pedido de reforma da decisão recorrida. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrido fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado em que tiver sido publicada a decisão divergente, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

c) Os recursos extraordinário e especial serão recebidos no efeito devolutivo e quando interpostos contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar, ou embargos à execução ficarão retidos nos autos e somente serão processados se os reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para os fins de contra-razões.

d) Admitidos os recursos extraordinário e especial, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, que após concluir o julgamento do recurso especial, remete os autos ao Supremo Tribunal Federal, para apreciação do recurso extraordinário, se este não estiver prejudicado. Na hipótese de o relator do recurso especial considerar que o recurso extraordinário é prejudicial àquele, em decisão recorrível, sobrestará o seu julgamento e remeterá os autos ao Supremo Tribunal Federal, para o julgamento do recurso extraordinário.

e) É embargável a decisão da turma que, em recurso especial, divergir do julgamento de outra turma, da seção ou do órgão especial, em recurso extraordinário, quando divergir apenas do julgamento da outra turma.

76. Sobre princípios gerais, natureza e fins, hipóteses de cabimento e efeitos dos recursos, é correto afirmar que:

a) O recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução da sentença, mas a interposição do agravo de instrumento obsta o andamento do processo.

b) Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos. Quando não forem interpostos embargos infringentes, o prazo relativo à parte unânime da decisão terá como dia de início aquele em que transitar em julgado a decisão por maioria de votos.

c) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso, mas a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

d) Cada parte interporá o recurso, independentemente, no prazo e observadas as exigências legais. Sendo, porém, vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir à outra parte, ficando o recurso adesivo subordinado ao recurso principal. Esse tipo de recurso só é admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial.

e) Se, durante o prazo para a interposição do recurso, sobrevier o falecimento da parte ou de seu advogado, ou ocorrer motivo de força maior, que suspenda o curso do processo, será tal prazo restituído em proveito da parte, do herdeiro ou do sucessor, contra quem começará a correr novamente, a partir da data de habilitação nos autos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

77. Sobre incidente de uniformização de jurisprudência é correto afirmar que:

a) Visando o tratamento isonômico na aplicação da lei, existem no direito processual alguns mecanismos “repressivos” e “preventivos”, destinados a atacar os males que a divergência jurisprudencial pode causar. O incidente de uniformização de jurisprudência enquadra-se dentre os mecanismos “repressivos”, pois seu cabimento se dá quando já surgiu a divergência, ou seja, após a prolação da decisão divergente pelo Tribunal.

b) A uniformização de jurisprudência é um recurso de que se pode valer o juiz do órgão judicial encarregado do julgamento, desde que este se processe perante turma, câmara ou grupo de câmaras, visando diminuir os efeitos maléficis das divergências jurisprudenciais.

c) Compete a qualquer juiz, ao dar o voto na turma, câmara, grupo de câmaras ou Tribunal Pleno, argüir o incidente de uniformização de jurisprudência. Admite o Código de Processo Civil, porém, que o Ministério Público e a parte interessada também possam fazê-lo.

d) O incidente de uniformização de jurisprudência acarreta a suspensão de um recurso ou da causa de competência originária do órgão julgador, a fim de que seja apreciado, em tese, o direito aplicável à hipótese concreta, tendo a decisão do tribunal força vinculante em relação ao julgamento do processo onde se instaurou o incidente.

e) A constituição de precedente na uniformização da jurisprudência é formada a partir de decisão tomada pela maioria absoluta dos membros que integram o Tribunal e será objeto de súmula, que terá força vinculante no âmbito do mesmo Tribunal.

78. Sobre a Ação Civil de Improbidade Administrativa é correto afirmar que:

a) A mesma sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente, determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito. Essa decisão, no entanto, não impede que a Fazenda Pública, quando for o caso, promova as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.

b) No ajuizamento da ação deve-se observar o foro privilegiado para seu julgamento, conforme a esfera de atribuições jurisdicionais originárias do STF, STJ, TRF's e de outro tribunal, considerado o cargo ocupado pelo agente do ato de improbidade, como disposto na Constituição Federal de 1988.

c) A inadequação da ação civil de improbidade administrativa pode ser reconhecida pelo juiz, em qualquer fase do processo, devendo, por conseguinte, promover a extinção do processo sem apreciação do mérito, principalmente, quando verificado que o Tribunal de Contas já aprovou as contas do ente público, considerando a inexistência de qualquer dano ou violação ao princípio da legalidade e moralidade administrativas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

d) O prazo prescricional da ação visando ressarcimento dos prejuízos causados ao erário em razão de ato de improbidade é de dez anos, contados do término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

e) Ao agente público que pratica ato de improbidade e independente do efeito deste, aplicam-se, além das sanções penais, civis e administrativas, as seguintes penalidades: ressarcimento de dano, perda da função, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio, pelo prazo de três anos.

79. Sobre os procedimentos cautelares específicos é correto afirmar que:

a) A medida cautelar de seqüestro pode recair sobre qualquer bem do devedor, pois visa garantir à efetividade da decisão judicial.

b) Para a concessão do arresto é essencial a prova literal da dívida líquida e certa, além de prévia justificação.

c) A ação cautelar de exibição de documento é um procedimento preparatório, que visa assegurar o resultado prático de um processo, podendo o documento ser exibido, também, de forma incidental e com caráter probatório, desde que tenha sido requerido, obrigatoriamente, pela parte interessada.

d) Na medida cautelar de protesto o juiz deve indeferir a petição inicial quando o requerente não houver demonstrado legítimo interesse e o protesto der causa a dúvidas e incertezas.

e) O prazo de trinta, contados da data da efetivação da medida cautelar, não precisa ser observado quando se tratar de medida cautelar de produção antecipada de prova, já que não se trata de medida de direito; logo, não sujeita a prazo de caducidade.

80. Quanto às obrigações de fazer e não fazer é correto afirmar que:

a) Para o cumprimento da sentença relativa à obrigação de fazer ou não fazer, o devedor, em regra, é citado para satisfazê-la, no prazo legal, e na sua inércia é lícito ao credor, nos próprios autos, requerer a execução.

b) As obrigações de fazer e não fazer, oriundas de sentença, são auto-executáveis e mandamentais, observando-se, subsidiariamente, quando não possível o seu cumprimento imediato, o procedimento executivo tradicional

c) Tratando-se de execução de fazer ou não fazer fundada em título extrajudicial, o juiz,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ao despachar a inicial, e se omisso o título, fixará multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, limitando-a sempre ao valor da causa.

d) Se o devedor praticou o ato, a cuja abstenção estava obrigado pela lei ou pelo contrato, o credor requererá, de imediato, que converta a obrigação em perdas e danos.

e) O valor das perdas e danos, quando assim se resolver a obrigação de fazer ou não fazer, deverá ser arbitrada pelo juiz, seguindo-se a execução para cobrança de quantia certa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

81. Sobre o Poder Executivo e o Presidente da República, é correto afirmar:

a) Além de administrar a coisa pública, de onde deriva o nome república (*res publica*), o Executivo, no exercício de suas funções atípicas, também legisla e julga.

b) A separação dos poderes é clássica e constitucional, sendo assim, todas as funções do Presidente da República, previstas na Constituição Federal, são consideradas típicas do Poder executivo.

c) Sendo adotado em nosso país o sistema presidencialista, as funções de Chefe de Estado e de Governo acumulam-se na figura presidencial, sem possibilidade de delegação de atribuições, salvo para dispor sobre organização e funcionamento da administração federal, extinção, criação ou provimento de qualquer função ou cargo público, trânsito ou permanência de forças estrangeiras no território nacional.

d) Na vigência de seu mandato, o Presidente da República só poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, se admitida a acusação por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, devendo o julgamento ocorrer perante o Supremo Tribunal Federal, pois o Chefe do Poder Executivo tem foro privilegiado.

e) O Presidente da República cometerá crime de responsabilidade se atentar contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, e de improbidade administrativa se atentar contra a lei orçamentária.

82. Sobre o controle de constitucionalidade adotado no Direito Constitucional Brasileiro é correto afirmar que:

a) A inobservância das normas constitucionais de processo legislativo tem como consequência a inconstitucionalidade formal da lei ou do ato normativo produzido, possibilitando pleno controle repressivo de constitucionalidade por parte dos órgãos do Poder Judiciário.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

b) Em qualquer processo, os tribunais ou juízes têm a obrigação de não aplicar ao caso concreto submetido a seu julgamento, as leis e atos normativos que considerem inconstitucionais; sendo este procedimento denominado controle difuso de constitucionalidade, com efeito *erga omnes*.

c) O Poder Legislativo pode exercer tanto o controle repressivo de constitucionalidade como o preventivo, ambos para evitar o ingresso no ordenamento jurídico de leis inconstitucionais.

d) A decisão do Supremo Tribunal Federal que declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo do Poder Público, em face de recurso extraordinário, e apreciada na forma da lei, produz eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

e) A cláusula de reserva de plenário que prevê a necessidade do voto da maioria absoluta dos membros do tribunal ou do respectivo órgão especial, para fins de declaração de inconstitucionalidade de lei, não se aplica ao Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas ou nas declaratórias de inconstitucionalidade, pois, para que sua decisão tenha força vinculante, necessário é o voto de dois terços de seus membros.

83. Segundo a Constituição Federal ou o Estatuto da Magistratura é correto afirmar que:

a) A promoção do juiz por merecimento pressupõe tão-somente dois anos de exercício na respectiva entrância, desempenho no exercício da jurisdição e pelo aproveitamento em cursos oficiais de aperfeiçoamento.

b) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas por maioria absoluta de seus membros.

c) Em face da garantia de inamovibilidade, o juiz só poderá ser removido ou promovido com o seu assentimento, expressamente manifestado na forma da lei, ou por motivo de interesse público, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal.

d) O número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população, podendo o tribunal, mediante a autorização constitucional para funcionar de forma descentralizada, criar varas regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

e) As decisões do Conselho Superior da Justiça do Trabalho terão efeito vinculante, exceto quando versarem sobre matéria processual, em que a força vinculante será exclusiva das súmulas do Supremo Tribunal Federal, mediante decisão de dois terços de seus membros.

84. Sobre os princípios constitucionais que regem a ordem econômica é correto afirmar que:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- a) Redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego, soberania nacional e livre concorrência.
- b) Soberania nacional, valorização do trabalho humano, propriedade privada e livre concorrência.
- c) Defesa do meio ambiente, busca do pleno emprego e livre iniciativa.
- d) Soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência e valorização do trabalho humano.
- e) Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País e no estrangeiro, bem como a livre concorrência.

85. A atuação prioritária no ensino fundamental e na educação infantil é da competência:

- a) Da União.
- b) Dos Estados e da União.
- c) Dos Municípios
- d) Concorrente dos Municípios, dos Estados e da União
- e) Dos Estados e Municípios

86. Compete privativamente à União legislar sobre:

- a) Direito civil, comercial, tributário, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- b) Seguridade social, previdência social, proteção e defesa da saúde.
- c) Serviço postal e juntas comerciais;
- d) Procedimento em matéria processual e população indígena.
- e) Águas, energia, informática, telecomunicações, radiodifusão e registros públicos.

DIREITO ADMINISTRATIVO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

87. Sobre o inquérito civil é correto afirmar que:

- a) Somente o Ministério Público pode instaurar inquérito civil porque este é condição preliminar para a propositura da ação civil pública.
- b) O inquérito civil público somente poderá ser arquivado pelo órgão do Ministério Público que o instaurou, quando convencido da inexistência de fundamento para a promoção da ação civil pública e independentemente de homologação pelo Procurador Geral como autoridade superior.
- c) O Conselho Superior do Ministério Público tem competência para rejeitar a promoção de arquivamento do inquérito civil, designando outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação civil pública.
- d) O termo de ajustamento de conduta é um ato administrativo normativo, dotado do privilégio de auto executoriedade e presunção de legitimidade, escapando o seu mérito à apreciação do Poder Judiciário.
- e) Todos os legitimados à propositura da ação civil pública podem tomar dos interessados termo de ajustamento de conduta.

88. Sobre responsabilidade civil do Estado é correto afirmar que:

- a) A ação regressiva da Administração contra o agente público causador do dano não se transmite aos herdeiros e sucessores eis que não se revestem da condição de agentes públicos para efeito de responsabilidade civil.
- b) A responsabilidade civil e a obrigação de reparar do empregado público causador do dano não pode ser afastada nem mesmo diante da absolvição criminal por ausência de culpabilidade.
- c) O ato judicial típico que é a sentença não enseja responsabilidade civil da Fazenda Pública, porque o texto constitucional só se refere a agentes administrativos e, não, a agentes políticos, como o magistrado.
- d) A responsabilidade objetiva da Administração se aplica quando os danos são causados por ato de terceiros, garantida a ação de regresso contra o causador do dano.
- e) A Administração não responde objetivamente pela lesão a terceiros ocasionados pelo só fato administrativo de existir uma obra pública como fato administrativo, exigindo demonstração de nexos de causalidade entre a simples existência da obra pública e a culpa do agente público que determinou sua realização.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

DIREITO PENAL

89. É considerado crime contra a organização do trabalho:

- a) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a não celebrar contrato de trabalho, ou a fornecer a outrem ou não adquirir de outrem matéria-prima ou produto industrial ou agrícola.
- b) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar ou deixar de participar de determinado sindicato ou associação profissional ou participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra da empresa.
- c) Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional, e recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro ou fora do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ainda que assegure condições do seu retorno ao local de origem.
- d) Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho; obrigar ou coagir alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida; e impedir alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais.
- e) Fazer piquete em estabelecimento industrial, comercial ou agrícola, com o intuito de impedir ou embaraçar o curso normal do trabalho, ou com o mesmo fim danificar o estabelecimento ou as coisas nele existentes ou delas dispor.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

90. Sobre o Direito Comunitário é correto afirmar que:

- a) O Direito Comunitário não é autônomo pois depende do ordenamento jurídico interno dos Estados-membros da Comunidade para sua eficácia, vigência e desenvolvimento.
- b) O Direito Comunitário não é necessariamente estruturado através da criação de uma organização institucional supranacional.
- c) O Direito Comunitário tem como característica a primazia, porque se sobrepõe aos ordenamentos nacionais, tendo preferência sobre as normas do direito nacional, de maneira que em hipótese de conflito prevalecerão as normas comunitárias.
- d) As normas de Direito Comunitário, mesmo as de natureza processual, não são dotadas de eficácia imediata, pois dependem de procedimentos de recepção e incorporação aos ordenamentos nacionais.
- e) O Direito Comunitário se integra como um ramo do direito internacional do qual se



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

destaca apenas por constituir normas de integração e não apenas normas de cooperação entre Estados-membros.

DIREITO CIVIL

91. À luz do atual Código Civil Brasileiro é correto afirmar que:

- a) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, e desde que a situação não possa ser superada com a revisão das cláusulas, admite-se a resolução do contrato.
- b) Os contratos aleatórios assim compreendidos como aqueles em que pelo menos uma das partes não pode antever a vantagem que receberá, por depender de um risco futuro, não estão sujeitos, em qualquer hipótese, a intervenção judicial.
- c) Não é vedada a estipulação de contrato que estabeleça obrigações para só uma das partes, admitindo-se, contudo, que a parte prejudicada pleiteie a redução do montante devido, ou ainda a alteração de como deve ser efetuado o pagamento, a fim de evitar onerosidade excessiva.
- d) Contém defeito passível de anulação o negócio jurídico cujo objeto seja a herança de pessoa viva.
- e) Regem o direito contratual os princípios da força vinculante do contrato, intangibilidade do conteúdo, boa-fé, proibidade, função social, supremacia da vontade das partes, *pacta sunt servanda* e igualdade das partes contratantes.

92. Sobre o contrato de doação é correto afirmar que:

- a) A doação far-se-á por escritura pública ou instrumento particular, sendo inválida se feita de forma verbal.
- b) O prazo para revogar a doação por ingratidão é decadencial de um ano, contado do conhecimento do fato pelo próprio doador e desde que praticado exclusivamente pelo donatário.
- c) A doação de ascendente para um dos descendentes é nula de pleno de direito, salvo de houver autorização expressa dos demais descendentes.
- d) Considerando que a doação é um contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere bens ou vantagens de seu patrimônio para o de outra, o doador fica desobrigado de juros moratórios, bem como nunca está sujeito às consequências da evicção ou do vício redibitório.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

e) As doações puramente recompensatórias não se revogam pela ingratidão.

93. Sobre contrato, segundo o Código Civil em vigor, é correto afirmar:

a) O mandato é um contrato personalíssimo, consensual, não solene e, em regra, gratuito e essencialmente revogável, sendo que, quando conferido com a cláusula “em causa própria”, sua revogação não terá eficácia, nem se extinguirá pela morte de qualquer das partes, ficando o mandatário dispensado de prestar contas e com o direito de transferir para si os bens móveis ou imóveis objeto do mandato, obedecidas as formalidades legais.

b) É nula de pleno direito a venda de bens de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

c) O comodato é o empréstimo gratuito de coisas fungíveis e não fungíveis e se perfaz com a tradição do objeto ou registro no cartório competente.

d) É lícito aos interessados, tratando-se de direitos patrimoniais de caráter privado, prevenir ou terminar o litígio mediante concessões mútuas, sendo que a nulidade de uma cláusula não compromete às demais.

e) São elementos integrantes do contrato de compra e venda a coisa atual ou futura, o preço e o consentimento, exercendo o direito de compra, sem restrição, qualquer pessoa que se encontrar apta a praticar atos da vida civil.

94. Sobre a obrigação de indenizar é correto afirmar que:

a) Haverá responsabilidade objetiva de reparar o dano apenas nos casos previstos em lei, pois a lei civil brasileira não adotou a teoria do risco criado.

b) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, pois a obrigação de reparar o dano por ele causado é de seus responsáveis.

c) Em havendo lesão à pessoa decorrente de ato praticado a fim de remover perigo iminente, a pessoa lesada não tem direito à indenização, mesmo que não seja culpada pelo perigo.

d) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, hipótese em que não terá direito regressivo.

e) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se por herança.

95. Sobre a indenização decorrente da responsabilidade civil é correto afirmar que:

a) A indenização devida pela morte de paciente obriga o profissional responsável ao pagamento de prestação de alimentos às pessoas a quem o morto devia concedê-la,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

excluindo-se despesas com o luto da família, cabíveis apenas quando se tratar de homicídio doloso.

b) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a indenização a que tem direito será reduzida pela metade.

c) A indenização decorrente de prisão ilegal será sempre fixada equitativamente pelo juiz, independentemente de prova dos prejuízos.

d) A indenização mede-se pela extensão do dano; e se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, o juiz pode reduzir a indenização de forma equitativa.

e) O prejudicado cuja indenização for fixada sob forma de pensionamento não pode exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez.

96. Sobre preferências creditórias é correto afirmar que:

a) A discussão entre os credores deverá versar sobre a preferência entre eles disputada e não sobre a eventual nulidade do contrato com base no qual disputam a preferência.

b) A falsidade da dívida não se inclui no debate sobre a preferência disputada pelos credores, a qual deverá estar lastreada em título legal de preferência, líquido, certo e exigível.

c) É possível aos credores discutir não somente sobre a preferência entre eles disputada, mas também sobre a nulidade das dívidas, desde que da declaração de nulidade resulte inversão na ordem de preferência.

d) O credor hipotecário não conserva seu direito sobre o preço do seguro em caso de danificação da coisa, cabendo inscrever sua preferência pelo dobro do valor do bem hipotecado.

e) O credor privilegiado conserva seu direito sobre o valor da indenização, se o privilégio for desapropriado.

DIREITO COMERCIAL

97. Sobre a falência, de acordo com a nova Lei Falimentar, é correto afirmar que:

a) A massa falida será representada pelo síndico ou administrador judicial.

b) O estado de falência não proporciona nenhum benefício processual para a massa, razão por que o Tribunal Superior do Trabalho cancelou a Súmula nº 86, que a desobrigava de efetuar o depósito recursal e remetia o pagamento das custas para o final.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- c) Na ordem de preferência dos créditos na falência, ostentam posição de preferência os créditos tributários sobre os créditos com garantia real.
- d) Os créditos trabalhistas, limitados a cento e cinquenta salários-mínimos, gozam de preferência absoluta sobre qualquer outro crédito.
- e) Os créditos derivados da legislação do trabalho, relativos a serviços prestados após a decretação da falência, são considerados extraconcursais e serão pagos com precedência sobre todos os demais, exceto as remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares.

98. Acerca do tripulante, segundo o Código Brasileiro de Aeronáutica, é correto afirmar:

- a) São consideradas tripulantes as pessoas maiores de dezoito e menores de sessenta anos que, devidamente habilitadas, exercem função a bordo de aeronaves.
- b) O comandante poderá delegar a outro membro da tripulação todas as atribuições que lhe competem.
- c) No serviço aéreo internacional não poderão ser empregados comissários estrangeiros, salvo de houver contrato bilateral de reciprocidade entre os países envolvidos.
- d) Durante a viagem, o comandante se responsabiliza, perante os demais tripulantes, pelo cumprimento da regulamentação profissional no tocante a: limite de vôo, fornecimento de alimentação, limites da jornada de trabalho, limite de intervalo de repouso e orientação sobre a utilização de todos os meios de segurança em caso de emergência.
- e) A juízo da autoridade aeronáutica, poderão ser admitidos como tripulantes em caráter provisório, cujo contrato não exceda a seis meses, instrutores estrangeiros, na falta de tripulantes brasileiros.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

99. Dependem de carência as seguintes prestações:

- a) Pensão por morte, auxílio-reclusão e auxílio-doença.
- b) Auxílio-doença e aposentadoria por invalidez decorrentes de acidentes de qualquer natureza.
- c) Salário-maternidade para as seguradas empregadas, trabalhadoras avulsas e empregadas domésticas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- d) Pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente.
- e) Aposentadoria por invalidez e auxílio-doença.

100. Sobre os benefícios da Previdência Social é correto afirmar que:

- a) O salário-maternidade e o auxílio-doença são benefícios previdenciários que a empregada pode receber em conjunto, haja vista decorrerem de causas distintas.
- b) É permitido o recebimento em conjunto do seguro-desemprego com qualquer outro benefício da Previdência Social, de prestação continuada.
- c) Para o recebimento de salário-família é necessária a apresentação da comprovação semestral de frequência à escola do filho ou equiparando, a partir de sete anos.
- d) As prestações relativas a acidente de trabalho são devidas ao empregado doméstico.
- e) O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos ou alternados, independentemente de cumprimento de período de carência.